



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional

INFLEXÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NO PROCESSO FORMATIVO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Thamyres Alves de Araújo¹
Mônica Barros da Nóbrega²
Géssica Tamires da Silva Anselmo³

Resumo: Esta reflexão teórica versa sobre a atual crise do capital e suas expressões no Brasil, bem como as repercussões para o processo formativo e o exercício profissional do/a Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado. Decorre de estudos que vimos realizando sobre o tema no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba.

Palavras-Chave: Crise Capitalista; Serviço Social; Processo Formativo; Exercício Profissional.

Abstract: This theoretical reflection is about the current crisis of capital and its expressions in Brazil, as well as the repercussions for the formative process and the professional practice of the Social Worker as a salaried worker. It comes from studies that we have been doing on the subject in the scope of the Graduation and the Post-graduation in Social Work, of the State University of Paraíba.

Keywords: Capitalist Crisis; Social Service; Formative Process; Professional Exercise.

1 INTRODUÇÃO

No modo de produção capitalista, conforme destaca Mota (2009), as crises são funcionais a esse modelo de sociedade, aparecendo como um desequilíbrio entre a produção e o consumo. Segundo a autora, a principal contradição do capitalismo é a produção socializada, ao passo que a apropriação da riqueza produzida é privada.

Para a supracitada autora, as crises do modo de produção capitalista afetam profundamente o proletariado, tendo em vista que ocorrem intensas mudanças no mercado de trabalho, a exemplo do desemprego, da perda salarial, do enfraquecimento das lutas e da capacidade organizativa dos trabalhadores. Ocorrem, pois, mudanças nos sistemas de proteção social, na legislação trabalhista e sindical e nas relações entre o Estado, sociedade e mercado.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: monicabnobrega@yahoo.com.br.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: monicabnobrega@yahoo.com.br.

³ Profissional de Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: monicabnobrega@yahoo.com.br.

As repercussões do processo de internacionalização e mundialização da economia, o desemprego estrutural e as transformações técnico-científicas da produção de bens e serviços, ao tempo que produz os avanços que atendem às novas exigências do capitalismo mundial, têm agravado os problemas socioeconômicos, em especial, dos países periféricos, evidenciados na crescente disparidade social revelada pelo aumento da pauperização da população.

Essa atual crise do capital, conforme Mézáros (2011), se constitui em uma crise estrutural, que tem com características significativas o fato de explicitar o seu caráter abrangente e destrutivo da produção capitalista, colocando em xeque a própria possibilidade de reprodução da vida social. Apresenta um caráter mais duradouro, diferente dos períodos das crises cíclicas anteriores e provocar o acirramento das lutas de classe e o aprofundamento dos antagonismos e das contradições existentes entre a burguesia e o proletariado.

Portanto, para o supracitado autor a referida crise apresenta um caráter universal, visto que atinge várias esferas da sociedade. Tem um alcance global, se diferenciando das crises anteriores que se limitavam a alguns países específicos, assim como uma duração que se apresenta de forma contínua e permanente, revelando o seu modo rastejante.

Assim, escreve Mézáros (2011, p.797):

A crise estrutural 'rastejante' [...] só pode ser entendida como um processo contraditório de *ajustes recíprocos* [...] que só pode ser concluído após um longo e doloroso processo de *reestruturação radical* inevitavelmente ligado às suas próprias contradições. (grifos do autor).

O que o grande capital tem feito com relação à crise contemporânea é administrá-la – ao invés de enfrentá-la – por meio de mecanismos superficiais que atuam nos seus efeitos, socializando os prejuízos com toda a sociedade, sem considerar as contradições estruturais do modo de acumulação flexível, desenvolvendo estratégias que, na verdade, não conseguiram superar os obstáculos para a retomada do processo de acumulação de capital.

Logo, o projeto neoliberal que foi adotado na conjuntura de fins dos anos 1970 como uma estratégia do capital para reverter o quadro de crise, a partir da defesa de bandeiras como a flexibilização da produção e das relações de trabalho, a desregulamentação das relações comerciais e circuitos financeiros e da privatização do patrimônio estatal, vem demonstrando que, apesar dos gravíssimos danos provocados na classe trabalhadora, não foi suficiente para superar a citada crise.

Como exigência imediata da política neoliberal podemos destacar a flexibilização (tanto da produção quanto das relações de trabalho) que propicia a descentralização e a desterritorialização dos polos produtivos, a desregulamentação (das relações

comerciais e financeiras, bem como das barreiras alfandegárias), possibilitando ao capital especulativo toda liberdade de movimentar seus negócios e, por último, a privatização de setores estratégicos e altamente lucrativos do setor público.

Portanto, a política neoliberal desencadeia como uma de suas respostas para a crise a intensificação do desemprego estrutural em escala global, atingindo fortemente a totalidade da classe trabalhadora e travando, pois, um agressivo processo de 'precarização estrutural do trabalho', nas palavras de Antunes (2010).

Nesse processo de precarização estrutural do trabalho, os capitalistas defendem o desmonte e a flexibilização das legislações trabalhistas, o que, conseqüentemente, aumenta, consideravelmente, a superexploração do trabalho (velados na maioria das vezes sob a forma de trabalho terceirizado, voluntário, subcontratado, instável etc.), bem como a precarização do modo de vida da classe trabalhadora.

No que diz respeito às manifestações da referida crise no Brasil, é fundamental termos a clareza das especificidades do país na sua inserção na divisão internacional do trabalho e da própria lógica capitalista de modo geral.

Mazzeo (2015) destaca dois aspectos da particularidade do processo de formação do Estado Nacional brasileiro. O primeiro se refere ao fato de que o Brasil apresenta elementos ideológicos comuns às formações sociais de países que vivenciaram um desenvolvimento capitalista tardio e subordinado. O segundo se refere à situação particular de escravidão e latifúndio, marcantes no processo histórico brasileiro. Esse quadro, para o autor, constitui e reforça a raiz conservadora e reacionária da formação sócio-histórica brasileira, bem como sua posição periférica dentro da lógica capitalista e débil em relação às etapas de desenvolvimento, se comparado aos países centrais.

Quanto ao processo de reestruturação produtiva no Brasil podemos ressaltar que este se intensificou na conjuntura dos anos 1990, quando o capital constituiu o seu estágio de acumulação flexível, marcado pela crise da dívida externa e pela transição do padrão taylorista-fordista para o padrão de acumulação flexível e a sua entrada subalterna nos circuitos financeiros do mercado mundial.

Assim, vale lembrar que o neoliberalismo foi adotado no Brasil nos anos 1990, no governo Collor (1990-1992), passando pelo governo de Itamar Franco (1993-1994) e se aprofundando no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2003), quando foi elaborado o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), pelo então Ministro Bresser Pereira. Plano esse que trouxe uma série de medidas que deveriam ser adotadas pelo Estado, justificadas pela necessidade de enfrentar a instabilidade econômica e política vivenciada, assim como reduzir as dívidas externas e internas

que impediam, conforme o idealizador do referido Plano, o desenvolvimento econômico do país (BEHRING, 2008).

No âmbito do mundo do trabalho, as medidas tomadas durante o governo de FHC foram direcionadas para uma maior flexibilização do mercado de trabalho, como por exemplo, o contrato de trabalho temporário ou em tempo parcial e o trabalho por tempo determinado, abrindo espaço para a possibilidade de intensificação da precarização das relações e condições de trabalho, bem como das medidas direcionadas para a redução dos custos empresariais com o trabalho, desencadeando a diminuição dos salários (com a eliminação da política de reajuste salarial) e de outros benefícios trabalhistas (KREIN; OLIVEIRA, 2003).

Levando em consideração a profundidade da crise estrutural contemporânea, podemos afirmar que as medidas adotadas pela política neoliberal e pelas suas variantes, como por exemplo a política de ajuste fiscal, a refuncionalização do Estado e o processo de privatização de setores estratégicos que foram implementadas através dos governos ao longo dos anos até os dias atuais, não apenas fracassaram na ilusória tentativa de conter a crise. Mais do que isso, agravaram consideravelmente os caminhos destrutivos da crise atual. Segundo Netto (2012), todas as transformações societárias que ocorreram nos últimos anos decorrentes do ideário neoliberal não modificaram a essência e a estrutura exploradora da relação entre capital e trabalho. Ao contrário, a exploração e a desigualdade estrutural cresceram consideravelmente. Não há mais (dentro dos limites da lógica do capital) possibilidades progressistas civilizatórias. O atual nível de crise aponta para a barbarização da vida social.

2. INFLEXÕES DA ATUAL CRISE DO CAPITALISMO E AS REPERCUSSÕES PARA O PROCESSO FORMATIVO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

Tendo em vista este contexto, pensar o Serviço Social hoje, inserido na conjuntura de crise capitalista, requer, como ressalta Iamamoto (1998), olhos abertos para o mundo contemporâneo para poder decifrá-lo e participar da sua recriação.

As contrarreformas implementadas pelo Estado brasileiro, particularmente aquelas que dizem respeito ao ensino superior, preconizadas pela lógica neoliberal e suas inflexões para o processo formativo do(a) assistente social, podemos destacar o aligeiramento e a fragilidade da formação profissional, repercutindo negativamente na possibilidade do indivíduo ter uma educação permanente, visto que a lógica da

contrarreforma é aligeirar o processo de formação de maneira acrítica, adestrando os indivíduos para responderem e satisfazerem as necessidades e interesses do capital.

É consensual que a contrarreforma no âmbito da educação superior tem provocado implicações deletérias nas universidades públicas, que ficam cada vez mais sucateadas, formando uma “massa” de profissionais, para responder as necessidades do mercado de maneira pragmática, e acrítica.

Segundo Lima e Pereira (2009), o projeto de reforma do ensino, fundamentado nos ideais neoliberais, defende, em suma, uma destruição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a lógica instrumental, pragmática e competitiva no processo ensino-aprendizagem. O direcionamento da formação voltado para as exigências do mercado estimula a privatização interna das instituições públicas e o aumento quantitativo das instituições privadas com isenção fiscal e, por fim, as condições de trabalho docente que passam por um processo profundo de precarização.

Não se pode obscurecer que com o processo de expansão do ensino superior (nos governos do PT) houve um crescimento desenfreado dos cursos de Serviço Social, principalmente na modalidade a distância, bem como em instituições privadas não universitárias, tendo como um dos determinantes o fato de que os cursos da área de Humanas e das Ciências Sociais são de baixo custo, o que os tornam alvo de interesses empresariais.

Podemos ressaltar que vem ocorrendo o crescimento desmedido do ensino superior privado, na modalidade a distância, e o sucateamento das universidades públicas, sem a devida infraestrutura necessária para comportar essa expansão.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017), em 2017 havia 379 cursos de Serviço Social em instituições privadas. O número de concluintes em instituições privadas naquele mesmo ano era de 25.218.

Enfim, o atual projeto de educação desenvolvido no Brasil, como estratégia de superação da crise capitalista, porta um nítido traço conservador, em que novos projetos, novas leis, técnicas e métodos são criados para formar sujeitos que respondam às novas necessidades do mercado, através de uma formação flexível e polivalente (TONET, 1998).

Somada às contrarreformas implementadas no ensino superior, as inúmeras transformações no mundo do trabalho, resultantes das reformas neoliberais que precarizam e degradam as condições e relações de trabalho, além de repercutirem no processo de formação, atingem frontalmente o exercício profissional do(a) assistente social, pois a conjuntura atual reproduz mecanismos que colocam para a profissão o

incentivo à realização de práticas de forma fragmentada e isolada, por meio de ações pontuais e focalizadas, se distanciando do projeto profissional hegemônico que busca justamente a universalização dos direitos e a superação das desigualdades sociais. Nesse sentido, mostra-se necessária, mais do que nunca, a luta na perspectiva de garantir espaços que favoreçam a socialização, interação, reflexão e estudos coletivos permanentes, com vistas a construir um perfil profissional cada vez mais comprometido e conectado com os interesses da classe trabalhadora.

No contexto atual há uma forte tendência ao avanço do conservadorismo, contribuindo para a conservação da ordem vigente. Logo, torna ainda mais difícil para os(as) Assistentes Sociais vivenciarem um processo de educação permanente, visto que estão cada vez mais convocados a executarem práticas que não condizem com os princípios do Código de Ética profissional de 1993 e em condições de trabalho altamente precárias.

De acordo com Freire e Cândido (2013), os determinantes histórico-conjunturais que vêm modificando o panorama do mercado profissional de trabalho dos(as) assistentes sociais, as demandas, noções e requisitos de qualificação desses(as) trabalhadores(as) especializados(as) requerem, também, novas respostas profissionais, no âmbito do trabalho e da capacitação para o seu exercício.

Comentando sobre a precarização do exercício profissional do(a) assistente social, Guerra (2010, p. 719) destaca que:

[...] a precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras.

Portanto, várias tendências são observadas, tais como precárias condições de trabalho, profissionais que têm mais de um vínculo empregatício, desmotivados, com contratos de trabalho temporários e com longas jornadas de trabalho. Além disso, ocorre a terceirização, muitas vezes refletida na forma de assessoria com a elaboração de projetos ou promovendo cursos e treinamentos etc., exigência para o cumprimento de metas quantitativas, acarretando uma queda na qualidade dos serviços. As diferentes formas de contratação, além de fragmentar e desagregar a categoria profissional, promovem uma alteração nas funções do(a) profissional e a descontinuidade do exercício profissional, a exemplo da modalidade de plantões,

constituindo um terreno fértil para práticas pontuais e fragmentadas, não possibilitando uma análise da totalidade, mas apenas do fato em sua imediatez.

Em conformidade com Guerra (2010), a atual fase do capitalismo e seus desdobramentos no âmbito do Serviço Social e do mercado de trabalho tendem a fortalecer o desenvolvimento de práticas autoritárias, a refilantropização da “Questão Social” e a assistencialização das políticas sociais e intervenções individualizantes e desarticuladas. Para a autora:

[...] o contexto que vivemos é propício aos apelos aos subjetivismos, adaptação de comportamentos, amenização de conflitos, como se os resultados fossem decorrência da mera vontade do sujeito. Com isso, nem sempre o profissional percebe a incompatibilidade entre os objetivos institucionais e os profissionais, e, sobretudo, com os princípios do projeto ético-político profissional (GUERRA, 2010, p. 722).

Nesse sentido, as transformações societárias em curso acabam por desencadear novas exigências e necessidades em todos os âmbitos da sociedade, em especial no mundo do trabalho, nas práticas profissionais e nos processos de formação profissional. Razão pela qual é de fundamental importância que se mantenham os processos de formação profissional de maneira permanente e crítica, na perspectiva de possibilitar que os(as) assistentes sociais acompanhem criticamente as constantes mudanças na sociedade em sua totalidade, bem como apreendam criticamente o real significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, a escolha política e os projetos profissionais, permitindo maior clareza da direção social do Serviço Social e a possibilidade de realizar uma prática profissional comprometida com os princípios do Projeto Ético- Político.

Portanto, mesmo num contexto tão adverso de crise capitalista e de acirramento de disputas de projetos societários antagônicos, podemos registrar conquistas significativas no âmbito da profissão, a exemplo da campanha do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de 2011 intitulada “Educação não é *fast-food*: diga não para a graduação a distância em Serviço Social” contra o ensino a distância, considerando a fragilidade da formação nessa modalidade. Destacamos também a elaboração, em 2012, da Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político profissional, a promulgação da lei das 30 horas semanais, O Projeto ABEPS Itinerante entre outras iniciativas organizadas pelo conjunto da categoria.

Como ressalta Prates (2016, p. 4),

Somos cobrados, pressionados a responder por resultados sobre os quais não temos condições de dar conta de todos os determinantes, por essa razão

nossa formação básica e continuada, nossa organização profissional e aquilo que defendemos enfatizam sistematicamente a necessidade de estarmos sempre vigilantes, para não cairmos nem no fatalismo, de quem não vê mais alternativas de transformação, nem no romantismo ingênuo, de achar que as políticas sociais ou uma categoria profissional pode sozinha revolucionar a sociedade. Nossa necessária formação permanente e organização nos instigam a fazer a autocrítica para não sucumbirmos ao instituído ou à cultura do lamento, para nos fortalecermos no coletivo, que exige de nós reflexões mais substantivas e tomadas de posição conjuntas.

Enfim, para avançarmos e garantirmos as conquistas se faz necessário que os(as) assistentes sociais vivenciem a educação permanente, com vistas a se tornarem profissionais cada vez mais críticos e comprometidos com a emancipação humana, bem como que a categoria profissional esteja fortemente organizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considerando o Serviço Social como sendo uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, que tem como objeto de intervenção a questão social nas suas mais variadas expressões, gerenciadas através das políticas sociais, fica evidente que na conjuntura de crise estrutural do capital, na qual as políticas sociais são marcadamente seletivas, restritivas e focalizadas, tem repercussões diretas tanto para a formação, quanto para o exercício profissional do(a) assistente social.

O processo formativo, o desmonte do ensino público de qualidade, paralelamente à expansão do ensino privado e na modalidade a distância, estabelece-se como um intenso processo de contrarreforma do ensino superior, o qual incide diretamente sobre o Serviço Social.

O Serviço Social vem sendo fortemente atingido pela lógica mercadológica impressa na política de educação, sendo um dos principais cursos oferecidos pelas instituições EAD. Assim, observa-se que a formação preconizada pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e a direção defendida pelo Projeto Ético-Político, na defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e a formação de um perfil um profissional crítico, criativo e propositivo, vêm sendo fortemente ameaçados.

Em síntese, o que essa atual conjuntura determina é a “[...] expansão brutal do ensino privado, o aligeiramento da formação, a mercantilização do ensino em todos os níveis, a formação de uma cultura de competitividade e do produtivismo intelectual [...]” (AMARAL, 2012, p.231).

Contudo, não podemos esquecer que as entidades representativas da profissão, como já ressaltamos anteriormente, vêm construindo estratégias de resistência contra essa conjuntura, travando uma intensa luta contra a lógica

mercadológica predominante hoje na Política de Educação

No que diz respeito ao exercício profissional, podemos ressaltar que o(a) assistente social, como trabalhador assalariado inserido na divisão social e técnicas do trabalho, não está imune às consequências das atuais transformações ocorridas no mundo do trabalho. Inseridos em diferentes espaços, sejam eles públicos ou privados, esses(as) profissionais estão sujeitos ao intenso processo de precarização do trabalho.

Os assistentes sociais, nesse contexto, diante do aumento das demandas já existentes, bem como do surgimento de novas demandas que geram a necessidade de respostas diferenciadas, têm o desenvolvimento de suas atividades bastante comprometido. Como ressalta Guerra (2010, p. 719):

A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade nos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativa de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outros.

Portanto, os(as) assistentes sociais estão submetidos(as) às diversas formas de precarização do trabalho, ausência de concurso público, o que gera precários contratos de trabalho, alta rotatividade de profissionais, comprometendo o desenvolvimento das suas atividades, a sobrecarga de trabalho, profissionais com mais de um vínculo empregatício, em decorrência dos baixos salários, a inexistência de tempo para a formação permanente, entre outros.

Podemos inferir que um dos grandes desafios que vem sendo postos para a categoria profissional atualmente é a dificuldade para a efetivação de uma formação continuada, em decorrência, acreditamos, dessa conjuntura que impõe uma sobrecarga de trabalho, baixos salários, falta de interesse das instituições empregadoras, entre outros etc. Com o objetivo de enfrentar tamanho desafio, o Conjunto CFESS/CRESS, em 2012, lançou a Política de Educação Permanente, importante instrumento que tem como objetivo o fortalecimento do princípio do Código de Ética do Assistente Social de 1993, que prevê “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS/CRESS, 2012, p.09).

Enfim, fica evidente, pois, que esse cenário adverso traz para o Serviço Social e para o conjunto da categoria o desafio de apreender as mudanças societárias ora em curso, partindo da apreensão crítica acerca da realidade social como uma

totalidade permeada por contradições, o que demanda, portanto, o exercício permanente da educação no sentido de aprimoramento das competências profissionais, na tentativa de acompanhar as mudanças sociais e fortalecer o compromisso com o Código de Ética Profissional de 1993, bem como o Projeto Ético-Político profissional.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ângela S. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. In: **Revista katálysis**, v.15, n.2, Florianópolis, jun./dez. 2012, p.230-238.

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 104. São Paulo: Cortez, Out./Dez. 2010, p. 632-636.

BEHRING, Elaine Rosetti. **Brasil e contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, INEP/MEC. Sinopse Estatística da Educação Superior em 2017. 2017. Disponível em: < <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> > Acesso em: 27 maio. 2019.

CFESS/CRESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 05 maio de 2019.

FREIRE, Abraão dos Santos; CÂNDIDO, Sandra da Silva. Uma análise da origem do Serviço Social no Brasil . In: **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Lagarto. v. 6, n.8, p. 348-364, set. 2013. p. 348-364. Disponível em: <http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo_348_364.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº. 104, São Paulo: Cortez, out/dez. 2010, p. 715-736.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Marco Antonio de. Mudanças institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995-1998. In: **Revista TRT da 15ª Região**, São Paulo: LTr, n. 22, jan./jun. 2003 p.241 – 269.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. *In: **Sociedade em Debate***. Pelotas, p. 31-50, jan/jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**. Origens da Autocracia Burguesa. 3ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. *In: **Curso de Especialização**: direitos sociais e competências profissionais – UNB/CFESS/ABPESS*. Brasília, 2009, p. 51-68.

NETTO, José Paulo. A crise do capital e consequências societárias. *In: **Revista Serviço Social e Sociedade***, nº 111. São Paulo: Cortez, jul./set. 2012, p. 413-429.

PRATES, Jane Cruz. **80 anos de Serviço Social no Brasil**: as construções e os desafios à profissão. *In: **Revista Textos e Contextos***. Porto Alegre, v.15, n.1, p.1-9, jan/jul. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/24594>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

TONET, Ivo. **As tarefas dos intelectuais hoje**. Marília, setembro de 1998. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/As_tarefas_dos_intelectuais_hoje.pdf>. Acesso em: 05 maio de 2019.